

TESTEMUNHOS NARRATIVOS FEMININOS NA AMÉRICA LATINA: UMA ARTICULAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Maria Madalena Magnabosco*

RESUMO:

Os testemunhos narrativos femininos desarticulam as relações de gênero e colocam a necessidade da interdisciplinaridade entre Literatura, História, Psicologia e Política, para uma releitura da diferença.

PALAVRAS-CHAVE: *testemunhos femininos, gênero, diferença.*

Este artigo sobre os testemunhos narrativos femininos originou-se pelo desejo inquieto de compreender os discursos e teorias literário-psicológicas sobre a questão do gênero feminino. Algumas perguntas habitavam essa inquietude, principalmente aquelas ligadas à questão da escritura da mulher na História, na Literatura e na Psicologia. O desapareço ao discurso feminino, tanto no âmbito acadêmico-literário, quanto no âmbito das teorias psicológicas, se sustentavam e se sustentam por que tipo de pressupostos? O que tornava e muitas vezes ainda torna a mulher um ser sem discurso e, portanto, com um discurso representado por uma figura masculina que dizia pela mulher e através dela? O que autorizava, e ainda autoriza um discurso acadêmico e psicológico masculino? Seria a mulher um ser sem palavras, ou ela, diante das não autorizações e desapareços verbais do discurso masculino, desenvolvia um outro tipo de discurso? Teriam (e têm) as teorias canônicas literárias e psicológicas suportes estruturais, lingüísticos, léxicais, que conotassem (e conotem) outros sentidos ao discurso desenvolvido pela mulher?

Foram essas perguntas que dirigiram o olhar em busca de outros recortes sobre a questão do Gênero Feminino na Literatura e na Psicologia, através do estudo

* Mestre em Teoria da Literatura, 1998.

do testemunho de Rigoberta Menchú, "Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia".

Sabe-se, através de discussões da Psicologia Social, que as definições sobre gênero encontraram suporte conceptual nos aspectos biológicos e fisiológicos do ser homem e ser mulher. A questão biológica foi a grande mentora na definição dos papéis sociais que autorizavam e consentiam (ou não) comportamentos masculinos e femininos. Por sua estruturação científica, comprovada objetivamente em dados fisiológicos, neurológicos e anatômicos, o corpo humano tornou-se o espaço da inscrição materializada do ser homem e do ser mulher. O que autorizava papéis, comportamentos, direitos e discursos, era a conformação anátomo-fisiológico das pessoas. Assim, o gênero sexual passa a ser um aspecto classificatório e definidor de identidades e possibilidades (e/ou interdições) de participações no mundo.

Mediante o discurso fabricado a partir das definições de gênero, as quais justapunham os conceitos de Identidades com estruturas biológicas, acentua-se a noção de indivíduo, em detrimento à noção de cidadania e diferença, próprias da inserção da pessoa na cultura. O indivíduo, originado a partir da *res extensa* de René Descartes, nada mais era que extensão corpórea do mundo da idealidade. Ele apenas pertencia a uma cultura, enquanto corpo movente que havia nascido em determinado espaço geográfico. Sua essência era seu raciocínio e não uma simbologia, apreendida a partir da cultura e suas redes intrincadas de significados e identificações afetivo-significativas, que permeavam e sustentavam seus comportamentos.

A definição de indivíduo, apesar de possibilitar a existência do homem como centro da escritura, veio reafirmar a impossibilidade de ser-se Outro, de identificar-se com outros papéis sociais, de transformar espaços, tempos e memórias a partir de diferentes modos de organizar e conceber o mundo. Assim, com o individualismo, as definições de gênero sexual ganham forças, principalmente quando da impossibilidade de colocar-se no lugar do Outro, já que apenas se podia inferir sobre seu comportamento.

Essa mentalidade, ocidental, racionalista e iluminista do ser ontológico, veio a ser um dos pressupostos que interditaram (e interditam) a participação e o reconhecimento do ser mulher na Literatura e na Psicologia. Tal interdição se deu,

principalmente, pela impossibilidade de homens e mulheres colocarem-se no lugar do Outro, já que suas anatomias e fisiologias eram inteiramente diferentes. Suas identidades eram físico-biológicas e analogicamente, suas mentalidades eram fundadas sobre modos de percepções e comportamentos divergentes, não complementares e incomunicáveis.

Com essa corporalidade materializada em identidades, o corpo da escritura, do discurso e do mundo afetivo-emocional também materializou-se na supremacia do masculino sobre o feminino. Diante da superioridade biológica do homem, à mulher restava ser o eco de vozes que diziam-lhe o que era o mundo, quais seus permitidos e proibidos, quais suas obrigações e deveres, enfim, com que corpo literário e psicológico ela podia se identificar.

Identificada, nomeada e inscrita através do discurso e da mentalidade masculina, a mulher emudeceu sua palavra, no sentido de só saber dizer-se como um reflexo do masculino. Nessa reflexão a partir do masculino, o discurso feminino ficou, por muito tempo, inscrito no corpo físico, no sintoma, na escritura visceral de seus desejos e percepções caladas. Sua memória era uma memória silenciosa do corpo, ou melhor, corporificada em uma relação intimista com sua anatomia e fisiologia, as quais lembravam e esqueciam diálogos incompreensíveis pela gramática e regras normativas do discurso masculino.

No desenvolvimento das teorias psicológicas, essa memória que ansiava por outras palavras, outros interlocutores para dizer-se, para enunciar-se, foi literalmente ouvida como histeria. Para os homens que estruturavam os discursos e as gramáticas de uma época, o dito feminino era ouvido como inveja do homem, como loucura, já que não diziam e condiziam com suas estruturas de linguagem.

No acontecer da escritura literária, a memória feminina gravada nas palavras de diários, cadernos de anotações, correspondências, etc., era concebida como literatura marginal, já que seu discurso versava sobre tolices, sobre desejos impuros, sobre insatisfações incompreendidas, sobre idéias transgressoras de ordem imposta ao mundo feminino.

Esse movimento literário-psicológico sobre a escritura feminina veio acontecendo, de forma semelhante na História, até o início da década de 70. Durante

as décadas anteriores vieram ocorrendo diversos tipos de manifestações que culminaram em uma expressão maior - para o estudo que aqui me proponho - na década de 70. Foi a década onde houve o reconhecimento do testemunho narrativo feminino - objetivo e recorte dessa dissertação - através do prêmio "Casa de las Américas" em Cuba.

Nas obras literárias e críticas sobre o testemunho narrativo feminino é consensual a significação dos mesmos como *discursos de resistência*. Tais discursos objetivam uma denúncia política das opressões, marginalizações e discriminações praticadas em relação aos *subalternos da linguagem*, isto é, aqueles que não enunciam-se sob a posicionalidade da língua oficial e hegemônica de uma cultura.

Ao se deter sobre essa significação de *discursos de resistência*, (Pulvirenti, 1995) pode-se optar por pelo menos dois recortes críticos do olhar. Um, que caminha em direção a uma crítica canônica, a qual valoriza a *literalização de sentido* (Costa, 1995), e outro que caminha em direção a uma crítica sobre a hegemonia do cânone literário ocidental. Nesse último caminho mencionado, da crítica sobre a hegemonia, o valor maior é o significado da palavra contextualizada e posicionada a partir daquele que fala. Aqui, a linguagem e a identidade não são únicas e ontológicas, mas criadas e significadas em seus contextos sócio-políticos e posições de enunciações.

A crítica canônica ocidental, embasada sob os valores da objetividade e verdade universal, valoriza a *literalização de sentidos*, ou seja, a resistência a novos sentidos da palavra. Diante dessa valorização, os *discursos de resistência* dos testemunhos narrativos são recepcionados e interpretados como afronta e desvalorização da obra e linguagem culta ocidental. A resistência é aqui concebida como palavra subversiva que desvia-se das regras literárias e gramaticais da linguagem acadêmica ocidental. Assim sendo, a não receptividade de tal discurso fica sendo a justificativa maior para reafirmar a necessidade de uma *literalização de sentido*, como a representação de uma literatura maior.

Surgindo como enunciador de uma crítica sobre a hegemonia do cânone literário ocidental, os *discursos de resistência* dos testemunhos são as oposições próprias do novo, do saber diverso em relação ao homogêneo saber literário ocidental. Opor significa não submeter-se, não aceitar passivamente uma definição única de

posição de enunciação e linguagem, como sendo "a" verdade. A oposição inicia e media pela palavra a inauguração de outros sentidos. Assim, a palavra opositora dos testemunhos contrasta o que é dito como "a" verdade sobre gêneros e escrituras literário-psicológicas, com o que se conhece e se vive a partir de outras formas de organizações de pensamentos e linguagens.

Em uma mentalidade ocidental habituada por seus critérios de objetividade e universalidade à *literalização de sentido*, onde o valor maior é a tradição sedimentada em hábitos de certos comportamentos, certos pensamentos, certas literaturas, certos autores e livros, a palavra dos testemunhos vem sendo expropriada de sua nova enunciação. Tal expropriação tem se dado pelo aparar de arestas de seus significados outros, em relação à linguagem oficial, para sua integração à práticas lingüísticas já conhecidas. Assim, o receptor expropria a palavra nova de sua estranheza, aparando as arestas da iniciação em outras mentalidades e vivências, e da mediação em outras formas de construções lingüísticas e comportamentais. É por esse corte que os testemunhos narrativos femininos têm sido considerados como *literaturas marginais*.

Essa denominação discriminatória é um dos movimentos esperados por aqueles que sentem-se ameaçados e desacomodados de seus hábitos mentais, psicológicos e literários. Ao nomeá-la como *literatura de margens*, justifica-se a representação do Outro a partir de uma visão de mundo e uma linguagem que não lhe corresponde. Nessa representação, subjugam-se a *alteridade da palavra* perdendo-se os longes e as possibilidades de outras críticas transformativas.

Mediante tal argumentação, pode-se pensar que os testemunhos narrativos têm ameaçado e têm sido descritos pela linguagem dos hábitos canônicos como *literaturas de margens*, por desequilibrarem a *economia narcísica*, ou seja, o investimento afetivo sobre o sujeito-objeto escolhido e valorizado, da literatura e da psicologia do leitor do cânone ocidental. Nesse momento de desequilíbrio, o leitor receptor entra em contato com a fragilidade das regras e significados da linguagem e da identidade (por não serem ontológicos, mas produções humanas e sócio culturais), para defrontar-se com a arbitrariedade de seus próprios modelos identificatórios. Tal arbitrariedade expõe a contradição da *unicidade homogênea da identidade do sujeito*, a qual, muitas vezes, o leitor literato prefere não ver.

Em outras palavras, pela palavra denunciadora dos testemunhos, o leitor depara-se com vivências e percepções de intenso sofrimento e miserabilidade humana, as quais é preferível negar ou reprimir. Tal negação e/ou repressão ocorre seja pelo fato de ainda não se ter identificado com o estilo literário dessa narrativa, seja por dificuldade em assemelhar-se subjetivamente com as vivências narradas e de colocá-las como um problema humano e político, e não de identidades monolíticas biológicas.

Assim, muitas vezes, o leitor prefere transformar as vivências estrangeiras enunciadas pelos testemunhos femininos em argumentos de uma *literatura marginal e de um comportamento histérico, próprio de vozes subalternas*. Com isso, fica-se isento de identificar e assumir semelhanças com os problemas políticos e éticos expostos por essas vozes marginais e conseqüentemente, de responder-lhes através da colocação de novas consciências, a partir da re-significação do valor democrático da palavra.

Mediante a negativa da palavra iniciática e mediadora (características de base do valor democrático da palavra), os testemunhos narrativos acabam sendo reificados e nivelados no patamar das obras literárias menores. Com isso, faz-se dessa literatura a causa e a justificativa de sua própria exclusão, o que isenta o leitor literato da responsabilidade da escolha pela hegemonia do cânone ocidental como palavra única e final.

Esse finalismo da literatura canônica interdita a assunção de novos olhares e novas políticas posicionais, éticas, lingüísticas e sócio-culturais. Assim, a cultura literária, bem como a psicológica, repassa e reafirma apenas aquelas estruturas e significados da linguagem e do comportamento que são consentidos e reafirmados por um discurso dominante, em face a determinados interesses políticos e sociais.

Ao interditar-se a assunção desses novos olhares e políticas posicionais, interdita-se, na verdade, a apropriação da *diferença*, da *alteridade*. Pode-se dizer que é essa interdição que estratifica e hierarquiza mundos, relações interpessoais e literaturas, através da inaudibilidade de outros discursos.

Os testemunhos têm reinaugurado o valor da palavra pela audição de outros discursos. É assim que a palavra testemunhal tem possibilitado, por sua

iniciação e mediação, a transformação das vozes silenciadas por um discurso hegemônico em outros discursos. Discursos que reconstróem deformações subjetivas, psicológicas, políticas, éticas, sociais e lingüísticas, em histórias e consciências dos contextos dessas deformações do Outro em subalterno.

É pela narrativa dos testemunhos que as mulheres, negros, crianças, velhos, homossexuais e demais subalternos da linguagem têm sido incluídos na problematização do mundo político. Pela palavra eles têm apropriado e construído discursos diferenciados, ao poderem reposicionar o olhar em direção a outras concepções sobre si próprios, que não apenas as de *subalternos e excluídos*. É esse o valor da palavra testemunhal, deslocar pontuações diferenciadas no discurso hegemônico (literário e psicológico) pelo falar *a partir e desde o próprio sujeito da experiência e da linguagem*. Somente assim se pode construir diversidades, pela tensão provocada a partir da constante presença do Outro com sua posicionalidade e conseqüente *locus enunciativo*, a buscar as estéticas do diálogo.

ABSTRACT:

The feminine testimony disarticulates the relation of gender and shows the need of an interdisciplinary approach to literature, history, psychology, and politics to understand difference.

KEY WORDS: *Feminine testimony, gender, difference.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Arendt, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- Burgos, Elizabeth. *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*. 3. ed. Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1987.
- Costa, Jurandir Freire. *A face e o verso - estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Escuta, 1995.
- _____. "Não mais, não ainda: a palavra na democracia e na psicanálise". *Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP*. São Paulo, 1998.
- Freud, Sigmund. *Dicionário de psicanálise*. Trad. Cunha, Jurema. Porto Alegre: Globo, 1970.
- Menchú, Rigoberta. *Rigoberta: la nieta de los mayas*. México: Aguillar, 1998.
- Pulvirenti, Emma Sepúlveda. *El testimonio femenino como escritura contestaria*. Chile: Asterión, 1995.
- Skłodowska, Elzbieta. *Testimonio hispanoamericano: historia, teoría, poética*. New York: Peter Lang, 1992.